

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista

Safras de biografias à vista

O mercado editorial, ligado à memória histórica contemporânea, vive um bom momento com livros que aprofundam o conhecimento de políticos que foram relevantes ao longo da história política do século passado até agora.

Recentemente, em seu livro-depoimento, Moreira Franco, que foi prefeito de Niterói, deputado federal, governador do Rio de Janeiro e ministro de Estado em mais de uma pasta, narra a caminhada pela redemocratização nos anos70 e 80, saindo de uma militância de esquerda para a escola de mestres da sabedoria política no Brasil, como Amaral Peixoto e Tancredo Neves.

A caminho das livrarias tem a biografia de Leonel Brizola, da jornalista Karla Monteiro, que escreveu excelente biografia de Samuel Wainer, um dos mais importantes jornalistas do país por mais de meio século. Brizola, cunhado de João Goulart e tido como um dos responsáveis por sua queda, foi governador do Rio Grande do Sul, quando garantiu a posse do cunhado na crise da renúncia de Jânio, duas vezes do Rio de Janeiro, candidato a presidente da República e deputado federal mais votado do Brasil. Uma personalidade forte, polêmica, mas marcante e respeitado pelas mãos limpas. Nunca se meteu em falcatruas. Morreu amadurecido e sofrido.

E a sensação deve ficar pelo primeiro volume da biografia de Carlos Lacerda, de Mário Magalhães, que antes escreveu a de Carlos Marighella, o lendário líder comunista por mais de 30 anos.

Minas sempre foi rica em livros de memórias e biografias de seus homens públicos. Perdeu Murilo Badaró, não só o grande biógrafo de Israel, Alkmin, Bilac Pinto, mas um personagem relevante. Memorialistas como Newton Cardoso, Paulo Pinheiro Chagas e Oscar Corrêa e seus depoimentos à Assembleia mineira são peças imperdíveis.

Carlos Lacerda foi talvez o mais presente e brilhante ator da vida pública do Brasil nos 40 anos de forte presença na história nacional. Notável orador, legislador, escritor, jornalista, tradutor, causeur, foi até floricultor. Polêmico sempre, transitou da esquerda para a direita, teve seguidores incondicionais e opositores ferozes. Não era tido como confiável por amigos e aliados.

O positivo desses livros é que mostra a construção da democrática e o exercício da vida pública no Brasil de gente de qualidade em todas as posições.

REMACLO FISCHER JUNIOR

Presidente do Sistema Unired

A prosperidade compartilhada constrói sociedades mais fortes

Qual seria a principal contribuição do cooperativismo na busca por sociedades mais prósperas? As diversas questões que permeiam o Cooperativismo e seus princípios revelam para quem convive com ele aspectos relevantes que nos trazem reflexões animadoras. Ao longo da trajetória profissional, fomos levados a admirar independência, autonomia e capacidade individual como atributos centrais. Crescer, achávamos, significava depender cada vez menos dos outros. A experiência, porém, ensina lições menos óbvias. A autonomia continua sendo essencial, mas os melhores resultados costumam surgir por meio da cooperação.

A convivência com o cooperativismo reforça isso a cada dia. Soluções eficientes nascem, muitas vezes, presas ao contexto que as originou. Mas quando cooperativas diferentes trocam experiências e adaptam caminhos, uma resposta pensada para um único espaço pode beneficiar milhares de pessoas.

Ideias promissoras ganham ainda mais força quando circulam e incorporam novas contribuições. Isso não diminui o mérito de quem as criou. Pelo contrário, esse mérito se multiplica quando outros ajudam a levá-las adiante. Embora a competição tenha seu papel no desenvolvimento econômico, ela nem sempre garante prosperidade duradoura. Nenhuma comunidade preserva equilíbrio quando oportunidades deixam de circular. Nenhuma economia sustenta crescimento no longo prazo quando os benefícios ficam concentrados nos mesmos espaços.

Esse cenário ajuda a explicar por que o cooperativismo segue crescendo em diferentes partes do mundo. Segundo a International Cooperative Alliance, mais de 1 bilhão de pessoas participam hoje de cooperativas, cerca de 12% da população global. No Brasil, são 25 milhões de cooperados e, de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras, mais de 4,5 mil cooperativas respondem por cerca de 6% do PIB nacional. Não por acaso, o país acaba de dar um passo importante nessa direção. A Lei nº 15.433/2026 reconheceu oficialmente o cooperativismo como manifestação da cultura nacional, reforçando o que o dia a dia de milhões de brasileiros já mostrava: relações construídas com colaboração, confiança e compromisso coletivo geram impacto concreto.

Entre as vivências que mais me marcaram, pou-

cas ensinaram tanto quanto observar cooperativas atuando em conjunto. Determinados avanços mudam de escala quando deixamos de olhar apenas para o que beneficia nossas organizações e passamos a enxergar o alcance de soluções construídas coletivamente. Isso acontece entre cooperativas singulares, entre equipes, entre sistemas. É esse movimento, o princípio da intercooperação, que explica boa parte do impacto do modelo.

O setor de saúde ilustra isso com clareza. Mesmo o médico mais preparado conta com uma equipe multiprofissional para alcançar os melhores resultados. Nenhum paciente atravessa um tratamento delicado sem uma rede inteira de profissionais atuando juntos, compartilhando conhecimento e dividindo responsabilidades. Certos resultados simplesmente não pertencem ao esforço isolado.

Neste Dia Internacional do Cooperativismo, celebrado sob o tema “Cooperativas por um mundo pacífico”, demonstra que anos de convivência com esse modelo ajudaram a construir: crescer sozinho nunca foi a forma mais inteligente de construir algo duradouro. Permitir que outras pessoas avancem conosco, respeitando os méritos individuais, amplia o que somos capazes de realizar. No fim, é assim, com prosperidade compartilhada, que sociedades mais fortes se constroem.

RICARDO VIVEIROS

Membro da Academia Paulista de Educação e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa

Quando a imprudência mata, não é “acidente”

Há exatos 30 anos, perdi meu filho Ricardo Viveiros de Paula Filho e minha neta Mariana, de apenas sete meses, vítimas de um motorista que avançou um sinal vermelho na região central de São Paulo. O responsável fugiu sem prestar socorro. Testemunhas afirmaram que estava alcoolizado. Meu filho tinha 26 anos, era ilustrador, cartunista, marido e pai de três crianças.

Passei quase duas décadas buscando Justiça. Quando finalmente veio a condenação, ela chegou tardia e insuficiente. O réu recorreu, reduziu sua pena e permaneceu em liberdade. Desde então, uma pergunta me acompanha: qual é, na prática, a diferença entre matar alguém conscientemente pelo uso de uma arma e assumir o volante após beber, sabendo que isso pode resultar em morte?

A discussão sobre crimes de trânsito continua cercada por uma palavra que suaviza tragédias: “acidente”. Acidente sugere fatalidade, algo inevi-

tável. Mas o que há de inevitável quando alguém decide dirigir alcoolizado, exceder a velocidade ou ignorar um semáforo vermelho? Essas são escolhas. E escolhas têm consequências previsíveis.

Os números reforçam essa reflexão. Segundo levantamento do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (Cisa), o Brasil registrou, em 2024, 13.075 mortes em ocorrências de trânsito relacionadas ao consumo de álcool, um aumento de 6,2% em relação ao ano anterior. A taxa de mortalidade chegou a 6,2 óbitos por 100 mil habitantes, a maior desde 2016. Mesmo com mais fiscalização e mais operações da Lei Seca, o problema persiste.

A Lei Seca, que completou 18 anos, salvou incontáveis vidas e tornou-se referência internacional. No entanto, a realidade demonstra que a legislação, sozinha, não basta. Falta transformar a consciência coletiva. Ainda existe tolerância social com quem bebe e dirige. Ainda há quem enxergue a infração como um deslize, e não como uma ameaça concreta à vida.

Especialistas alertam que o álcool reduz reflexos, compromete a percepção de risco e estimula comportamentos mais agressivos e imprudentes. Em outras palavras, quem dirige alcoolizado sabe – ou

deveria saber – que aumenta significativamente a possibilidade de matar alguém.

Por isso, é necessário enfrentar um debate desconfortável: em determinadas circunstâncias, mortes causadas por motoristas embriagados não deveriam ser tratadas apenas como resultado de culpa, mas como consequência de uma conduta que assume conscientemente o risco de produzir vítimas. Não se trata de vingança, mas de responsabilidade.

Nenhuma sentença devolverá meu filho ou minha neta. Nenhuma decisão judicial apagará a dor de milhares de famílias que, todos os anos, recebem a notícia de que um ente querido morreu porque alguém resolveu misturar álcool e direção. Mas a sociedade precisa decidir se continuará chamando essas mortes de acidentes ou se passará a reconhecê-las pelo que muitas vezes são: tragédias anunciadas, produzidas por escolhas deliberadas.

Enquanto essa mudança cultural não acontecer, continuaremos contabilizando vidas interrompidas e famílias destruídas. E continuaremos perguntando quantas mortes mais serão necessárias para que dirigir alcoolizado deixe de ser visto como imprudência e passe a ser encarado, definitivamente, como uma grave violação do direito à vida.